

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
EDITAL

A Universidade Estadual de Campinas através da Secretaria Geral torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de 01 (um) cargo (s) de Professor Titular, nível MS-6 em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item II, na área de Práticas Interpretativas na(s) disciplina(s)AD-135 "Dança do Brasil I", AD-235 "Dança do Brasil II", AD-335 "Dança do Brasil III" e AD-435 "Dança do Brasil IV", do Departamento de Artes Corporais, da(o) Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas.

INSTRUÇÕES

I – DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições serão recebidas, mediante protocolo na Secretaria Geral da Universidade Estadual de Campinas – sala 14, situada na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Barão Geraldo, no horário das 09 às 12 horas e das 14 às 17 horas, todos os dias úteis compreendidos dentro do prazo de 90 dias, a contar da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado – DOE.

1.1. Poderão se inscrever:

- a)** Professores Associados que exerçam esta função há pelo menos cinco anos, nos níveis MS-5.1, MS-5.2 ou MS-5.3;
- b)** Docentes portadores há cinco anos, no mínimo, do título de livre- docente, obtido por concurso de títulos em instituição oficial e devidamente reconhecido pela UNICAMP;
- c)** Especialistas de reconhecido valor e com atividade científica comprovada, excepcionalmente e pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, em exercício.
- d)** Docentes integrantes da Parte Suplementar do QD-UNICAMP que exerçam função MS-5 ou MS-6, na forma do § 3º do artigo 261 do Regimento Geral da UNICAMP.

1.2. A inscrição será efetuada mediante requerimento dirigido ao Reitor da Universidade Estadual de Campinas, contendo nome, domicílio e profissão, acompanhado dos seguintes documentos:

- a)** prova de ser portador do título de livre docente, ressalvadas as hipóteses previstas no subitem **1.1., “c” e “d”** deste edital;
- b)** cédula de identidade, em cópia autenticada;
- c)** sete (7) exemplares de memorial impresso, contendo tudo que se relacione com a formação didática, administrativa e profissional do candidato, principalmente suas atividades relacionadas com a área em concurso, a saber:
 - c.1.** descrição minuciosa de seus estudos de graduação e pós-graduação, com indicação das épocas e locais em que foram realizados e relação das notas obtidas;
 - c.2.** indicação pormenorizada de sua formação científica e profissional, com especificação dos locais em que exerceu sua profissão, em que sequência cronológica até a data da inscrição ao concurso;
 - c.3.** relatório de toda a sua atividade científica, técnica, cultural e didática, relacionada com a área em concurso, principalmente a desenvolvida na criação, organização, orientação e desenvolvimento de núcleo de ensino e de pesquisa;
 - c.4.** relação dos trabalhos publicados, de preferência com os respectivos resumos;
 - c.5.** relação nominal de títulos universitários relacionados com a área em concurso, bem como dos diplomas ou outras dignidades universitárias e acadêmicas.
- d)** um (1) exemplar ou cópia de cada trabalho ou documento mencionado no memorial.

1.3. Todas as informações serão obrigatoriamente documentadas por certidões originais ou por cópias autenticadas ou por outros documentos, a juízo da CEPE.

1.4. O memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento das inscrições.

1.5. Recebidas as solicitações de inscrição e satisfeitas às condições deste edital, podendo, a título excepcional, ser concedido o prazo máximo de dez (10) dias para a complementação da documentação, a Secretaria Geral encaminhará os pedidos com toda a documentação à (ao) Instituto de Artes.

1.5.1. Os pedidos relativos ao disposto no subitem 1.1., “a”, “b” e “d”, deste edital, juntamente com a respectiva documentação deverão ser submetidos pelo Diretor da (o) Instituto de Artes, ao Departamento ou a outra instância competente definida pela Congregação da Unidade a que estiver afeta a área em concurso, para emissão de pareceres conclusivos sobre o assunto, observando-se o disposto na Deliberação CONSU-A-23/92.

1.5.1.1. Aprovadas as inscrições pela Congregação da (o) Instituto de Artes, as solicitações serão encaminhadas ao Reitor, que as submeterá à CEPE, acompanhadas dos Pareceres conclusivos a que se refere o subitem 1.5.1 deste edital, ressalvado o previsto no **subitem 1.1., “c”**, deste edital;

1.5.2. A CEPE, para bem deliberar sobre o pedido feito com base no **subitem 1.1. "c"** deste edital, designará uma Comissão composta de cinco (05) especialistas na área em concurso, para emitir parecer individual e circunstanciado sobre os méritos do candidato.

1.5.2.1. A Comissão será constituída por professores efetivos da Universidade Estadual de Campinas, completando-se, se necessário, o seu número, com profissionais de igual categoria de outros estabelecimentos de ensino superior no país.

1.5.3. A inscrição ao concurso público para o cargo de Professor Titular considerar-se-á efetivada se o candidato obtiver o voto favorável da maioria absoluta dos membros presentes à Sessão da CEPE, ressalvado o previsto no **subitem 1.1. "c"** deste edital, que deverá ser aprovada mediante o voto de 2/3 dos membros da CEPE em exercício.

1.5.4. Os candidatos inscritos serão notificados por edital publicado no DOE com antecedência mínima de trinta (30) dias do início das provas, da composição definitiva da Comissão Julgadora e de seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas.

1.5.4.1. Caso haja solicitação por escrito de todos os candidatos inscritos e desde que não haja, a juízo da Universidade, qualquer inconveniente, a data de realização das provas de que trata o subitem **1.5.4.** deste edital, poderá ser antecipada por até 07 (sete) dias ou postergada por até trinta (30) dias.

II – DO REGIME DE TRABALHO

2. Nos termos do artigo 109 do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e para a difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.

2.1. Ao se inscrever no presente concurso público o candidato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da Unidade, a apresentação de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – CPDI – para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP.

2.2. O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU-A-02/01, cujo texto integral está disponível no sítio http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=S&id_norma=2684.

2.3. O aposentado na carreira docente aprovado no concurso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a extensão ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), conforme Deliberação CONSU-A-08/2010.

2.4. A remuneração inicial para o cargo de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:

- a) RTP – R\$ 2.366,71
- b) RTC – R\$ 6.007,68
- c) RDIDP – R\$ 13.653,62

III – DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO

3. A Comissão Julgadora será constituída de 05 membros eleitos pela CEPE, possuidores de aprofundados conhecimentos sobre a área em concurso ou área afim, dois (2) dos quais serão pertencentes ao corpo docente da Universidade, escolhidos entre seus docentes possuidores do título de Professor Titular e o restante entre professores de igual categoria de outras instituições oficiais de ensino superior ou entre profissionais especializados de instituições científicas, técnicas ou artísticas, do país ou do exterior.

3.1. Os trabalhos serão presididos pelo Professor Titular da Universidade mais antigo no cargo, dentre aqueles indicados para constituírem a respectiva Comissão Julgadora.

IV – DAS PROVAS

4. O presente concurso constará das seguintes provas:

- I** – prova de títulos;
- II** – prova didática;
- III** – prova de arguição.

4.1. A prova de títulos consistirá na apreciação pela Comissão Julgadora, do memorial elaborado pelo candidato, a qual a Comissão deverá emitir parecer circunstanciado.

4.1.1. O julgamento dos títulos e trabalhos será feito separadamente.

4.1.2. No julgamento dos títulos, será considerado cada um dos itens abaixo, por ordem decrescente de valor:

- a)** atividades envolvidas na criação, organização, orientação, desenvolvimento de núcleos de ensino e pesquisa, e atividades científicas, técnicas e culturais relacionadas com a matéria em concurso;
- b)** títulos universitários;
- c)** atividades didáticas e administrativas;
- d)** diplomas e outras dignidades universitárias e acadêmicas.

4.1.3. No julgamento dos trabalhos, serão considerados os trabalhos publicados.

4.1.4. Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 horas para emitir o julgamento da prova de títulos, a partir do horário marcado para o início da prova.

4.2. A prova didática constará de exposição sobre o tema de livre escolha do candidato, pertinente aos programas das disciplinas integrantes da área em concurso.

4.2.1. A prova didática deverá ser realizada de acordo com o programa publicado neste edital. Compete à Comissão Julgadora decidir se o tema escolhido pelo candidato é pertinente ao programa.

4.2.2. A prova didática terá duração de cinquenta (50) a sessenta (60) minutos, e nela o candidato deverá mostrar erudição e desenvolver o assunto escolhido, em alto nível, facultando-lhe, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, tabelas, gráficos ou outros dispositivos a serem utilizados na exposição.

4.3. A prova de arguição destina-se à avaliação geral da qualificação científica, literária ou artística do candidato.

4.3.1. Será objeto de arguição, as atividades desenvolvidas pelo candidato constante do memorial por ele elaborado.

4.3.2. Na prova de arguição, cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até trinta (30) minutos para arguir o candidato, que terá igual tempo para responder às questões formuladas.

4.3.3. Havendo acordo mútuo, a arguição, poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitando, porém, o limite máximo de uma (1) hora para cada arguição.

V – DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS

5. O julgamento dos títulos e trabalhos será feito separadamente, sendo que cada examinador atribuirá nota de zero (0) a dez (10) a cada uma das partes, cuja média será a nota da prova de títulos.

5.1. As notas atribuídas à prova de títulos terão peso dois (2).

5.2. Para as provas didáticas e de arguição, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), ao final de cada uma delas.

5.2.1. Para efeito de julgamento final as provas didáticas e de arguição, possuem pesos um (1) e 2 (dois), respectivamente.

5.3. As notas de cada prova serão atribuídas, individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora em envelope lacrado e rubricado, após a realização de cada prova e abertos ao final de todas as provas do concurso em sessão pública.

5.3.1. A nota final de cada examinador será a média ponderada das notas atribuídas por ele ao candidato em cada prova.

5.3.2. Cada examinador fará a classificação dos candidatos pela sequência decrescente das médias apuradas e indicará o(s) candidato(s) para preenchimento da(s) vaga(s) existente(s). O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinente.

5.3.3. As médias serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

5.4. A Comissão Julgadora, terminadas as provas, divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado, em sessão reservada sobre o resultado do concurso, justificando a indicação feita do qual deverá constar tabelas e/ou textos contendo as notas, médias e a classificação dos candidatos.

5.4.1. Poderão ser acrescentados ao relatório da Comissão Julgadora, relatórios individuais de seus membros.

5.5. O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

5.6. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

5.6.1. Será indicado para nomeação o candidato que obtiver o primeiro lugar, isto é, maior número de indicações da Comissão Julgadora.

5.6.2. Excluído o candidato em primeiro lugar, procedimento idêntico será adotado para determinação do candidato aprovado em segundo lugar, e assim subseqüentemente até a classificação do último candidato aprovado.

5.6.3. O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente a média geral obtida e o maior título universitário. Persistindo o empate a decisão caberá por votação, à Comissão Julgadora. O presidente terá o voto de desempate, se couber.

5.7. As sessões de que tratam os subitens **5.3, 5.4 e 5.5** deste edital serão realizadas no mesmo dia em horários previamente divulgados.

5.8. O parecer final da Comissão Julgadora do Concurso será submetido à homologação da CEPE.

5.8.1. Sendo unânime o parecer final ou contendo quatro (4) assinaturas concordantes, o mesmo só poderá ser rejeitado pela CEPE, mediante o voto de dois terços (2/3), no mínimo, do total de seus membros.

5.8.2. Se o parecer contiver somente três (3) assinaturas concordantes, poderá ser rejeitado por maioria absoluta do total dos membros da CEPE.

5.9. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado com as respectivas classificações

VI. DA ELIMINAÇÃO

6. Será eliminado do concurso público o candidato que:

- a) Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;
- b) Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

VII. DO RECURSO

7. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do concurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação no Diário Oficial da homologação do parecer final da Comissão Julgadora pela CEPE.

7.1. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

7.2. Não será aceito recurso via postal, via *fac-símile* ou correio eletrônico.

7.3. Recursos extemporâneos não serão recebidos.

7.4. O resultado do recurso será divulgado no sítio da Secretaria Geral da UNICAMP (www.sg.unicamp.br)

VIII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

8.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no sítio www.sg.unicamp.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

8.3. Se os prazos de inscrição e/ou recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

8.4. O prazo de validade do concurso será de 01 (um) ano(s), a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

8.4.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

8.5. A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

8.6. O presente concurso obedecerá às disposições contidas nas Deliberações CONSU-A-02/03 alterada pelas Deliberações CONSU-A-23/03, 20/05, 02/11 e Deliberação CONSU-A-23/92 e, Deliberação CONSU-A-009/2008 que estabelece o perfil de Professor Titular Instituto de Artes.

8.7. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

IX- PROGRAMA

1. IDENTIFICAÇÃO

CURSO: Dança

DISCIPLINA: Dança do Brasil I

CÓDIGO: AD135

CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60h

OFERECIMENTO: 1º Semestre

PRÉ-REQUISITO: -

2. EMENTA

-Iniciação ao estudo do movimento e aprendizado de um vocabulário provindo de manifestações tradicionais e populares brasileiras. Investigação de manifestações culturais que envolvem a história pessoal do aluno.

3. OBJETIVOS

-Introduzir o aluno no universo das manifestações tradicionais e populares brasileiras, enfocando:

-Matrizes de movimento;

-Percepções e sentidos;

- Paisagens e imagens.

-Propiciar que cada aluno identifique suas relações pessoais com este universo, através de um resgate da história pessoal e através do contato, nas vivências práticas, com as movimentações e registros sonoros provindos deste universo.-Refletir sobre o "ser brasileiro", a partir do olhar para si mesmo e para as realidades circundantes.-Refletir sobre a dança neste contexto.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

-Vivência da "Estrutura Física" e de "matrizes de movimento" provindas de manifestações populares brasileiras.

- O corpo e seus sentidos;

- Os desdobramentos coreográficos;

- As imagens e paisagens.-Pesquisa das próprias referências sócio-culturais;

-Elaboração de um inventário pessoal;-Reflexões sobre o fazer artístico da dança;

5. METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas práticas e expositivas - Leituras;- Discussões.

6. BIBLIOGRAFIA

CORALINA, C. Poemas dos becos de Goiás e estórias mais. São Paulo: Global Editora, 1985.

DAMÁSIO, A. R. O erro de Descartes. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

-DIAS, P. A. F. São Paulo corpo e alma. São Paulo: Associação Cultural Cachuêra!: 2003.GOMES, N. P. M.;

-PEREIRA, E. A. (Org.) Negras raízes mineiras: os Arturos. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

-JESUS, C. M. Quarto de despejo. São Paulo: Ática, 2001.

-LISPECTOR, C. A bela e a fera. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

-MEYER, M. Caminhos do imaginário no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2001.

-SCHILDER, P., A Imagem do corpo: as energias construtivas da psique. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

-TAVARES, M. C. G. C. F. Imagem corporal: conceito e desenvolvimento. Barueri, SP: Manole, 2003.

-TELLES, L. F. Invenção e memória. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

-TURTELLI, L.S. Relações entre imagem corporal e qualidades de movimento: uma reflexão a partir de uma pesquisa bibliográfica. Campinas:[s.n.], 2003. (Dissertação, Mestrado em Educação Física).

7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Frequência;
- Participação em aula;
- Realização das atividades propostas;
- Compreensão dos conteúdos estudados;- Trabalho final.

1. IDENTIFICAÇÃO

CURSO: Dança

DISCIPLINA: Dança do Brasil II

CÓDIGO: AD235

CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60h

OFERECIMENTO: 2º Semestre

PRÉ-REQUISITO: AD135

2. EMENTA

-Aprofundamento dos estudos do movimento provindo de manifestações tradicionais e populares brasileiras. Estudo coreográfico de uma manifestação específica. Primeiras experiências em pesquisa de campo.

3. OBJETIVOS

-Aprofundamento do Inventário no Corpo trabalhado na disciplina de Dança do Brasil I e da Estrutura Física presente nas manifestações tradicionais populares brasileiras, no sentido de aprofundar um corpo do Brasil. Aprendizagem, estudo e pesquisa de uma manifestação popular brasileira específica: o Folgado do Boi. Pesquisas corporais envolvendo os circuitos de imagens/sensações/sentimentos/movimentos. Proporcionar um trabalho integrado de corpo considerando os aspectos fisiológicos, psicológicos, sociais e culturais.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Folgado do Boi. Bumba-meu-boi. Em torno do tema desta manifestação, desenvolver:
 - Estrutura e linguagem de movimentos e seus sentidos no corpo;- Significados e simbolismos do Folgado do Boi;
 - Estrutura coreográfica: as possibilidades de leitura;
 - Leitura dos corpos do Folgado do Boi;
 - Os ritmos dos Bois.- Tocar um instrumento;
 - Manipulação de objetos;
 - Pesquisa individual da manifestação corporal do Folgado do Boi;
 - A manifestação estudada como estímulo para o desenvolvimento de referencial próprio;
 - De que Folgado de Boi meu corpo fala.

5. METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas prático-expositivas.- Relatos de vivências.
- Pesquisa corporal individual da manifestação do Folgado do Boi.
- Laboratórios dirigidos;
- Exercícios que propiciem a vivência corporal, a experimentação criativa e a integração dos trabalhos desenvolvidos.
- Apreciação e estudo de materiais escritos e audiovisuais do Folgado do Boi.

6. BIBLIOGRAFIA

- BORBA, H. Espetáculos populares do nordeste. São Paulo: Buriti, 1996.
- BRANDÃO, C.R. O que é folclore. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos)
- CASCUDO, L.C. Dicionário do folclore brasileiro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.
- COX, H. A festa dos foliões. Petrópolis: Vozes, 1974.
- LIMA, R.T. Folgados populares do Brasil. São Paulo: Ricordi.
- MEYER, M. Pirineus e caixas ... da commedia dell' arte ao bumba meu boi. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- REIS, R.S.R. Bumba meu boi, o maior espetáculo popular do maranhão. Recife: Editora Massangana, 1980.
- SOARES, D. Boi de mamão catarinense. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.
- SOARES, D. Folclore Brasileiro: Santa Catarina. Rio de Janeiro: Funarte, 1979.
- VIEIRA, D. Folclore Brasileiro: Maranhão. Rio de Janeiro: Funarte, 1977.

7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Frequência mínima de 75% das aulas.
- Participação em aula.
- Leitura da bibliografia indicada.
- Execução das propostas de trabalho.
- Cumprimento de prazos e regras estabelecidas.

1. IDENTIFICAÇÃO

CURSO: Graduação em Dança
DISCIPLINA: AD-335 - Dança do Brasil III
CÓDIGO: AD 335

CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60h

OFERECIMENTO: 1º Semestre

PRÉ-REQUISITO: AD 235

PROFESSOR RESPONSÁVEL:

2. EMENTA

-A partir de um tema específico proposto sobre realidades míticas, da percepção de rituais populares e religiosos de povos brasileiros, desenvolver de forma criativa, interdisciplinar o trabalho de expressividade do intérprete na Dança do Brasil.

3. OBJETIVOS

-Vivenciar e perceber o conteúdo mítico e simbólico de alguns dos orixás do candomblé enquanto arquétipos presentes na cultura do Brasil.

-Trabalhar o corpo do intérprete com a densidade que confere o tema.

-Refletir sobre a questão do etnocentrismo a partir do metier da dança.

-Alcançar qualidade e refinamento do movimento.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

-A Estrutura Física e Anatomia Simbólica.-Etnocentrismo e preconceito.

-Orixás dos terreiros do Brasil.-Arquétipos-Paisagens e cenários.

-Figurinos-Ferramentas-Elementos correspondentes.

-Matrizes de movimentos-Cantos e Ritmos-Mitos Iorubás-Trabalho criativo a partir do tema em foco

5. METODOLOGIA DE ENSINO

-Aulas práticas e teóricas. Apresentação de pesquisas. Projeções de vídeos.

6. BIBLIOGRAFIA

-AUGRAS, M. O Duplo e a Metamorfose: A Identidade Mítica em Comunidade Nagô. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

-BASTIDE, R. O Candomblé da Bahia: Rito Nagô. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001.

-BIANCARDI, E. Raízes Musicais da Bahia. Salvador, BA: Omar G., 2006.

-CARNEIRO, E. Candomblés da Bahia. Rio de Janeiro, RJ: Editorial Andes, 1954.

-CASHMORE, E. Dicionário de Relações Étnicas e Raciais. São Paulo, SP: Summus, 2000.

-LODY, R. Pano da Costa. Cadernos de Folclore. Rio de Janeiro, RJ: Funarte, 1977.

-MARTINS, S. A Dança de Yemanjá Ogunté: Sob a Perspectiva Estética do Corpo. Salvador, BA: EGBA, 2008.

-MOURA, C. (organizador e tradutor) Olóòrisà: Escritos sobre a religião dos Orixás. São Paulo, SP: Editora Agora, 1981.

-PARÉS, L. A Formação do Candomblé: História e Ritual da Nação jeje na Bahia. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2006.

-PRANDI, R. Mitologia dos Orixás. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001.

-ROCHA, E. O Que É Etnocentrismo. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos; 124).

-SANTOS, D. História de um terreiro Nagô. São Paulo, SP: Editora Max Limonad, 1988.

-SANTOS, J. Os Nagô e a Morte. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

-VERGER, P. Orixás: Deuses Iorubás na África e no Novo Mundo. São Paulo, SP: Corrupio, 1981.

7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

-Frequência;

-Participação em aula;

-Realização das atividades propostas;

-Compreensão dos conteúdos estudados;

-Prova prática e teórica

8. OBSERVAÇÕES

-Recursos didáticos, materiais, condições: aparelho de vídeo, DVD player, telão. Objetos, saias, argila, instrumentos.

1. IDENTIFICAÇÃO

CURSO: Dança

DISCIPLINA: Dança o Brasil IV

CÓDIGO: AD435

CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60h

OFERECIMENTO: 2º Semestre

PRÉ-REQUISITO: AD335

2. EMENTA

-Desenvolvimento de processo criativo e interdisciplinar em trabalho de expressividade do intérprete. Pesquisa de campo e estabelecimento de temas específicos a partir de rituais de manifestações e/ou de segmentos sociais pesquisados.

3. OBJETIVOS

-Aprofundar o trabalho corporal iniciado nos semestres anteriores na perspectiva de dança do Brasil. A compreensão do conceito de alteridade através de vivências corporais. Desenvolvimento do que seja a pesquisa de campo a partir de aspectos corporais.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

-Preparação corporal para a pesquisa de campo.
-Estrutura Física e Anatomia Simbólica.
-A pesquisa de campo.
-O diário de campo.
-Presença e Invisibilidade.
-Leituras corporais.
-O corpo de quem pesquisa e o corpo da pesquisa.
-Relações: eu e o outro.

5. METODOLOGIA DE ENSINO

-Aulas expositivas e práticas. Pesquisas de campo orientadas. Laboratórios. Seminários e debates.

6. BIBLIOGRAFIA

-ATHAYDE, C., MV BILL e SOARES, L. E. Cabeça de Porco. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
-BOSI, A. Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
-BRANDÃO, C. R. Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.
-CHARF, C. Brasileiras Guerreiras da Paz. São Paulo: Contexto, 2006.
-COSTA, F. B. Homens Invisíveis: relatos de uma humanidade social. São Paulo: Globo, 2004.
-LUDKE, M. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
-MAYBURY, L. D. O Selvagem e o Inocente. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
-RIBEIRO, D. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

-Pesquisa de campo.
-Frequência e participação. Trabalhos solicitados ao longo do semestre. Diários de campo e relatórios de pesquisa.

Campinas, 18 de setembro de 2014.